



GT 046. Música, Som e Formas Expressivas

Wagner Neves Diniz Chaves (Departamento de Antropologia Cultural/UFRJ) - Coordenador/a, João Miguel Manzollillo Sautchuk (DAN/UnB) - Coordenador/a

Expressiva, comunicacional e performativa, aglutinadora de múltiplos conhecimentos, significados e agenciamentos, a música é um campo fértil para investigação antropológica de um conjunto de temas e questões, possibilitando o diálogo entre diferentes nichos dos debates antropológicos, tais quais etnomusicologia, etnologia indígena, cultura popular, patrimônio, antropologia urbana, antropologia do Estado e análise de rituais e performances. Apostando na relativização da noção de música como categoria analítica e partindo da superação do antigo dilema que apartava análise dos aspectos sonoros e interpretação dos sistemas de pensamento e ação, este Grupo de Trabalho volta a atenção para as conexões entre múltiplos aspectos das práticas musicais e produções sonoras e seus significados sociais, principalmente as relações da música com outros meios expressivos e práticas sociais, e as dimensões técnicas e práticas do fazer musical. Tendo em vista esta perspectiva geral, pretende-se explorar os seguintes eixos temáticos: 1) música e linguagem; 2) interação no fazer musical; 3) teorias musicais nativas; 4) música, ritual e performance; 5) mediação, apropriação e identidade; 6) gravação, representação fonográfica e arquivos; 7) paisagem sonora.

Projeto acordes mágicos, ensino de música erudita e a construção de infâncias musicais na periferia de Fortaleza

Autoria: Paula Bessa Braz

Em 2013, uma família de jovens músicos no Ceará deu início a um projeto de educação musical voltado para a comunidade do bairro em que reside: com sede instalada na própria casa da família, situada na periferia sudoeste de Fortaleza, ainda hoje o Projeto Acordes Mágicos, ou PAM, se dedica ao ensino musical erudito para a juventude periférica da cidade, tendo surgido da iniciativa de dois jovens membros da família Cruz, Axl e Maíra - os mais velhos dentre os seis irmãos, à época com quinze e treze anos respectivamente. O projeto, gerenciado e articulado pelos pais dos seis jovens músicos, conta com aulas, durante a semana, de instrumentos como viola, violoncelo, violino, clarinete, flauta transversal, dentre outros, todas ministradas pelos próprios membros da família e, em menor frequência, por professores voluntários. Aos finais de semana ocorre o ensaio da orquestra do PAM, atualmente regida por Mírian Cruz, uma jovem de 16 anos, com o eventual apoio dos demais irmãos. Como principal motivação do projeto, a família aponta a promoção da inclusão sociocultural da juventude local, assumindo para o projeto um papel de construção de uma alternativa distinta às trajetórias dos jovens moradores do bairro Novo Mondubim, marcado historicamente por experiências de violência e vulnerabilidades sociais, através do ensino musical. Ruth Finnegan (1989), ao elaborar o conceito de trilhas musicais, explora as formas pelas quais as pessoas da cidade inglesa de Milton Keynes se encontram, se engajam e participam de cenas e atividades musicais, sejam elas amadoras ou profissionais. Ao abordar, a partir desse conceito, os encontros musicais e as trocas que os atravessam no desenvolvimento de habilidades musicais, deparamo-nos, também, com elementos que vão além do estritamente musical: desde os discursos que sustentam o sistema musical exposto e aprendido, ou o próprio contexto de ensino e aprendizagem, até à rede em que aquele fazer musical se situa e se constrói. Amparada por esse conceito, procuro tecer, no artigo proposto, uma reflexão sobre as trilhas musicais dos jovens músicos da família Cruz, que venho acompanhando há cerca de um ano, no contexto local em que estão inseridos e nos seus desdobramentos para o processo de ensino e aprendizagem por eles empreendido durante os ensaios da orquestra (dos quais também participo, ora como aluna, ora como espectadora). A orquestra é composta e regida por crianças. O artigo será, portanto, balizado pelas implicações da interação



desse fazer musical (Blacking, 1995) entre os jovens professores e os jovens alunos durante os ensaios, tendo como paradigma de fundo a compreensão do caráter de agência das crianças e seu potencial criativo de ação (e re-criação) sobre o mundo (Silva;Macedo;Nunes, 2002).



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

